

CANÇÕES, LETRAS E MÚSICAS NA COSMOVISÃO AKWÊ-XERENTE: POVO INDÍGENA DO NORTE DO BRASIL

*SONG, LYRICS AND MUSIC IN THE AKWÊ-XERENTE COSMOVISION:
INDIGENOUS PEOPLE OF NORTHERN BRAZIL*

Adriana dos Reis Martins

Universidade Federal do Tocantins - UFT
adrianaarte@uft.edu.br

Karylleila Andrade dos Santos Klinger

Professora do Programa de Pós-graduação em Letras PPGLetras da UFT
karylleila@gmail.com

Resumo: Esse artigo trata de uma pesquisa de Pós-doutoramento que objetiva registrar as letras das músicas da Comunidade Indígena Xerente em bilíngue com o intuito de ressaltar as características basilares da musicalidade indígena, da língua, valorizando a cultura Xerente, sua sonoridade e sua língua. Após registro, temos a intenção de desenvolver uma proposta de criação de um caderno musical intitulado “Canções, letras e músicas: a cosmovisão Xerente”, que poderá ser utilizado no ensino de Música na Escola Estadual Indígena Wakômêkwa, na Comunidade do Riozinho Kakumhu, Tocantins. Acreditamos que, ao registrar a música do povo Xerente e usa-lá no processo de educação musical, os alunos indígenas poderão desenvolver o sentimento de pertencimento ao seu povo, o que irá contribuir com o processo de construção de sua identidade indígena. Os autores que fundamentam a pesquisa são Blacking (2007), Menezes Bastos (2007), Mello (2005), Merriam (1964), Mignolo (2017), Seeger (2008), Carbonier (2016) e Souza (2019). Também será realizada uma análise dos documentos legais dos sistemas Federal e Estadual. Desse modo, esperamos auxiliar os professores da escola em suas práticas educativas para o estímulo da revitalização da Cultura Xerente.

Palavras-chave: Comunidade Xerente. Educação Musical. Ensino. Música Indígena.

Abstract: This paper deals with a Postdoctoral Research that aims to record the lyrics of the music of Xerente Indigenous People in bilingual in order to highlight the basic characteristics of indigenous musicality, of the language, valuing Xerente culture, its sound and its language. After registering, we intend to develop a proposal to create a musical notebook entitled “Chants, lyrics and songs: Xerente’s worldview”, which can be used in teaching Music at Wakômukwa Indigenous State School, in the Community of Riozinho Kakumhu, Tocantins (Brasil). We believe that by recording Xerente people’s songs and using them in the process of Music Education, the indigenous students will be able to develop the feeling of belonging to their people, which will contribute to the process of construction of their indigenous identity. The authors who support the research are Blacking

(2007), Menezes Bastos (2007), Mello (2005), Merriam (1964), Mignolo (2017), Seeger (2008), Carbonier (2016), and Souza (2019). An analysis of the legal documents of the Federal and State themes will also be carried out. Thus, we hope to assist the teachers in their educational practices to stimulate the revitalization of Xerente's culture.

Keywords: Xerente Community. Music Education. Teaching. Indigenous Music.

1. Introdução

Ao iniciar o Projeto de Extensão de Produção de materiais didático-pedagógicos e midiáticos na comunidade Riozinho, do Povo Indígena Xerente, no Estado do Tocantins, na Escola Estadual Indígena Wakômêkwa, na Comunidade do Riozinho Kakumhu, na região do Município de Tocantínia, no ano de 2017, surgiu o desejo de construir um material didático bilingue, para ajudar os professores dessa escola na sua ação pedagógica para o resgate da identidade cultural por meio do registro das músicas e letras nas duas línguas: Akwe (materna) e Português (segunda língua). No decorrer desse projeto, foram elaborados e publicados, em 2019 e 2020, as seguintes obras¹: *Akwe nim romkmada kato isipo mno: cultura e arte akwê-xerente* e *Kri rowahtuze: a escola*.

Os professores da Escola Estadual Indígena Wakômêkwa mostraram desejo de registrar a música da sua cultura para transmitir para as crianças essas canções locais, como uma possibilidade de elas não serem esquecidas. Nas palavras deles, “Só os anciões cantam, e os jovens estão se interessando pela música dos não-indígenas.” Diante dessa necessidade, foi elaborado esse Projeto de Pós-doutoramento com o objetivo de registrar as músicas dessa comunidade e de construir material didático para serem utilizadas na ação pedagógica, o que possibilitará a criação de diferentes formas de divulgação, como CDs, vídeos, apresentações musicais e publicações.

Pretendemos compreender a dinâmica da transmissão dos saberes musicais em culturas de tradição oral, entendendo que essa é estabelecida a partir de critérios singulares de cada contexto. Portanto, compreendemos a necessidade de apreender o contexto inserido e seus valores, o modo de vida na comunidade indígena e a rotina escolar dessa comunidade. Buscaremos fundamentação metodológica na Etnomusicologia participativa, que pode ser definida como a área que utiliza metodologias participativas em projetos de Pesquisa-ação. É importante destacar que é fundamental um trabalho conjunto entre os integrantes da pesquisa e o pesquisador.

2. O Estado do Tocantins e a Comunidade do Riozinho Kakumhu

O estado do Tocantins possui uma população indígena de aproximadamente 13 mil pessoas, segundo dados disponibilizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde vivem nove povos indígenas, situados em diferentes terras indígenas, algumas já demarcadas e outras em processo de estudo ou declaradas.

1. As duas cartilhas são resultados do trabalho da tese de doutoramento de SOUZA, R. C. **A educação escolar indígena intercultural e o ensino das artes:** um olhar sobre a prática da escola WAKÔMÊKWA na comunidade Riozinho Kakumhu – Povo Xerente – Tocantins. 2019. 340f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Dinter Interinstitucional UNESP – Universidade Federal do Tocantins/Palmas. 2019.

Segundo Reis et al (2022, p. 3), historicamente, os territórios tradicionalmente ocupados pelos indígenas no Brasil foram apropriados pelos não indígenas, através da ação sistemática e articulada do Estado Nacional. No estado do Tocantins não foi diferente, foram diversas as formas de aniquilamento e subjugação dos povos indígenas, dentre elas: os aldeamentos, espaços em que os indígenas eram controlados e impedidos de viver sua cultura; a contaminação proposital por doenças, o envenenamento das águas e massacres. As terras demarcadas atualmente contemplam apenas uma pequena parte dos territórios originais. Após a Constituição de 1988 muitos povos passaram a reivindicar outros territórios, considerados tradicionais e sagrados. A Tabela 1 apresenta as Terras Indígenas do Tocantins (Tis), com seus respectivos povos originários.

Tabela 1: Terras Indígenas do Tocantins.

Terra indígena	Povo	UF	Município	Superfície (ha)	Situação fundiária
<u>Apinayé</u>	Apinayé	TO	Cachoeirinha, Itaguatins, Maurilândia do Tocantins, São Bento do Tocantins, Tocantinópolis	141.904,21	Regular
<u>Funil</u>	Xerente	TO	Tocantinia	15.703,80	Regular
<u>Inawebohona</u>	Javaé, Karaja	TO	Pium, Lagoa da Confusão.	377.113,57	Regular
<u>Javaé/Ava Canoeiro (Canoanã)</u>	Javaé	TO	Fomoso do Araguaia, Sandolândia	0	Em estudo
<u>Krahô-Kanela</u>	Krahô-Kanela	TO	Lagoa da Confusão	7.612,77	Regular
<u>Kraolândia</u>	Krahô	TO	Itacajá Goiantins	302.533,40	Regular
<u>Parque do Araguaia</u>	Ava-Canoeiro, Javaé, Karajá e Tapirapé	TO	Fomoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pium	1.358.499,48	Regular
<u>Taego Áwa</u>	Ava-Canoeiro	TO	Fomoso do Araguaia	28.510,00	Declarada
<u>Utariá Wyhyna/Irôdu Irãna</u>	Karajá, Javaé	TO	Pium	177.466,00	Declarada
<u>Xambioá</u>	Guarani, Karajá	TO	Santa Fé do Araguaia	3.326,35	Regular
<u>Xerente</u>	Xerente	TO	Tocantinia	167.542,11	Regular
Total				2.580.211,68	

Fonte: FUNAI (2017)

A área do Povo Xerente envolve uma extensão territorial de 167.542 hectares. Araújo (2016) destaca que a reserva está dividida em regiões, sendo elas: Porteira, Funil, Brupé, Brejo Comprido e Rio Sono. A partir dos anos de 1990, dados indicavam um aumento na população, com uma média de 1.123 indígenas (SOUZA, 2019). Esse número aponta que os indígenas vêm sendo resistentes, o que se reafirma com acréscimo identificado em 1999, com 1.836 habitantes. Já em 2016, foram contabilizados 3.814 indígenas evidenciados em 74 comunidades, conforme a Figura 1 (LIMA, 2016; SOUZA, 2019).

Figura 2: Fachada da Escola Wakômêkwa



Fonte: Souza (2019)

Atualmente a escola conta com um espaço físico de alvenaria, construída em 2007 e que foi ampliada em 2009, tendo ambiente para: uma secretaria; um depósito, que serve de espaço para a instalação da diretoria da escola e dois banheiros; três salas de aula; dois banheiros; uma cozinha e uma sala de computação, que está inativada em função da falta de professor qualificado na **área** de informática (SOUZA, 2019). Destacamos que o que evidencia a denominação da cultura Xerente no ambiente escolar **é o** conhecimento que os povos indígenas têm em relação à oralidade, devido à sua tradição cultural.

4. A Música na Escola Estadual Indígena Wakômêkwa

A Lei nº 11.769, de 2008 e sua substituta, a Lei nº 13.278, de 2016, que instituíram a obrigatoriedade do ensino da Música, das Artes Visuais, do Teatro e da Dança, na Educação Básica, deram a devida importância à Música para o processo educativo e formativo em todos os ciclos de ensino-aprendizagem: tanto acerca do valor intrínseco da prática, percepção e fruição musical para o desenvolvimento das crianças e dos jovens, como sobre cidadania cultural, que se baseia na concepção da música como conhecimento cultural, estético e histórico. Sabemos que a implementação e a aplicação dessa lei tem sido somente o começo de uma longa caminhada de debates epistemológicos, metodológicos e socioculturais.

Com a diversidade da musicalidade brasileira, torna-se necessário aproximar-se da Lei nº 11.645/2008, referente ao ensino da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena, em diálogo com a Lei nº 11.769/2008, substituída pela Lei nº 13.278/2016, que complementa a obrigatoriedade das Artes Visuais, Teatro, Dança, além da Música. Sendo assim, direcionamos o olhar para a Comunidade Xerente pensando na possibilidade do desenvolvimento do ensino da Música para os estudantes indígenas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) da área de Linguagens e suas Tecnologias busca consolidar e ampliar as aprendizagens nos componentes Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa, observando a garantia dos direitos linguísticos aos diferentes povos e grupos sociais brasileiros. O trabalho com a Arte na Educação Básica deve promover o entrelaçamento de culturas e saberes, possibilitando aos estudantes o acesso e a interação com as distintas manifestações culturais populares presentes na sua comunidade.

E para isso, entendemos que, para desenvolver projetos interculturais, buscando promover esse entrelaçamento de saberes e cultura, é necessário levar em consideração a perspectiva decolonial, porque é preciso desconstruir a postura colonial existente. Vale destacar que, segundo Mignolo (2017), é importante interromper com a visão colonizada e buscar fortalecer uma postura que leve em consideração uma sociedade democrática e não imperial/colonial, gerando conjunturas para se dialogar em epistemologia fronteira.

O sistema musical não é algo autônomo em relação à cultura: a música é som humanamente organizado, sendo a tarefa do etnomusicólogo procurar as relações entre os padrões de organização humana e os padrões de som produzido como resultado de interação organizada (BLACKING, 2007). Seeger (2008) assevera que:

A etnografia da música é a escrita sobre as maneiras que as pessoas fazem música. Ela deve estar ligada à transcrição analítica dos eventos, mais do que simplesmente à transcrição dos sons. Geralmente inclui tanto descrições detalhadas quanto declarações gerais sobre a música, baseada em uma experiência pessoal ou em um trabalho de campo. As etnografias são, às vezes, somente descritivas e não interpretam nem comparam, porém nem todas são assim. (SEEGER, 2008, p. 238-239)

Para interpretar as práticas indígenas, é importante entender que sua cosmologia está relacionada com as experiências e com os saberes dos povos que elucidam e decifram o mundo humano, animal e sobrenatural, conectados com a natureza para compreender as ordens das coisas no mundo (LIMA, 2016). E assim é com a música indígena, que reflete no entendimento da identidade indígena e do processo social construído e vivenciado pelo seu povo.

Portanto, ao transcrever as músicas e elaborar um material didático possibilitará refletir sobre a antropologia da música. É importante, nesse momento, abordar o termo Etnomusicologia, pois esse tem sido empregado para designar um campo de estudos musicológicos que teve início em 1950. Durante a primeira metade do século XX, a Musicologia Comparada foi utilizada, ainda que com reservas, pelos pesquisadores do campo. De modo geral, as distintas definições de Musicologia Comparada ressaltavam os mesmos pontos e definiam o campo em termos do seu objeto de estudo: músicas não ocidentais, por vezes, designadas de “exóticas” ou músicas de tradições orais.

A primeira vez que o termo Etnomusicologia apareceu foi em 1950, na obra de Jaap Kunst, *Musicológica*. Merriam (1964) propõe um modelo para as pesquisas etnomusicológicas a partir do encontro entre a Antropologia e a Musicologia, e sua clássica definição para Etnomusicologia como “o estudo da música na cultura” são ilustrativos dessas transformações, pois essa sintética formulação enfatizava que o tipo de música a ser estudada não era mais central, mas o foco deveria ser o processo, o modo como essa música seria estudada. Portanto, utilizaremos a Etnomusicologia como técnica de pesquisa, já que ela engloba tanto questões do comportamento social, político, econômico, quanto todas as expressões culturais, como música, dança e cultura, que são materiais também ligados ao ritual e à religião.

Acreditamos que a escola é o lugar onde pode dar sentido à música indígena e à cosmovisão do seu povo. Suas implicações epistemológicas podem dar sentido para a construção de uma educação escolar intercultural bilíngue para o povo e para a escola, o que, conseqüentemente,

poderá refletir nos valores, como: respeito e preservação da cultura Akwê, cidadania, parceria, ação coletiva, respeito pelo indivíduo e transparência.

5. A Música Xerente

No período de 2020 e 2021, foram suspensas as visitas à Comunidade devido à Pandemia da Covid-19. Em 2022, retornamos à Escola, dando continuidade ao Projeto. Na visita realizada no dia 29 de junho de 2022, fizemos uma roda de conversa com os professores sobre a música Xerente, quando foi possível registrar informações a respeito de três músicas. A seguir, temos o exemplo de uma música em Akwe e em Língua Portuguesa:

Figura 3: Visita técnica em 2022.



Fonte: Reis (2022)

Música: Coleta de dados na escola.

Mâtô mni awê

Mâtô mni awê, awê, awê (2x)
Tâkâtô wanim bdâ akwê, akwê (2x)
Mâtô mni awê, awê, awê (2x)
Tâkâtô wanim bdâ akwê, akwê (2x)

Já vem amanhecendo o dia

Já vem amanhecendo o dia, amanhecendo,
amanhecendo (2x)
Hoje é dia de índio, índio (2x)
Já vem amanhecendo o dia, amanhecendo,
amanhecendo (2x)
Hoje é dia de índio, índio (2x)

Fonte: Martins (2022)

Os professores nos informaram que essa música é cantada pelo Pajé, na madrugada, e que, ao registrar as canções do seu povo e leva-la para a sala de aula, as crianças terão conhecimento da importância da música para o seu povo, sendo um elemento da sua identidade. A música está intrinsecamente vinculada à cultura e que, como tal, é indissociável das pessoas que a produzem “Debates sobre a música na cultura e como cultura foram inicialmente plantados pela etnomusicologia (MERRIAM, 1964)”. Ao longo do tempo, etnomusicologia e a educação musical têm dialogado em questões fundamentais para o universo da música, considerando que ambas compartilham interesses pela compreensão, pela interação e pela ação nas diferentes dimensões que marcam a enculturação musical, definida como o conjunto de elementos que proporcionam aos indivíduos a aquisição de conhecimentos e saberes relacionados à música dentro de uma cultura.

6. Considerações finais

Com o desenvolvimento deste Projeto, buscamos contribuir, juntamente com os professores da Escola Estadual Indígena Wakômêkwa da Comunidade do Riozinho Kakumhu, com a criação de um material pedagógico de música local com o intuito de preservar e divulgar a identidade cultural dos indígenas, com o auxílio da Etnomusicologia, já que ela favorece o estudo de todas as manifestações musicais em uma perspectiva decolonial. Com a conclusão deste Projeto esperamos pensar os espaços de aprendizado musical como lugares onde se encontram diversas heranças culturais que são recriadas e ressignificadas.

7. Referências

BLACKING, J. Música, cultura e experiência. Trad. de Andre-Kees de Moraes Schouten. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 16, n. 16 p. 201-218, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para **dispor sobre a obrigatoriedade do ensino de música na educação básica**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016. Altera o § 6º do art. 26 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que **fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino de arte**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13278.htm. Acesso em: 10 ago. 2021

CARBONIER, D. Pós-colonialidade e decolonialidade: rumos e trânsitos. **Revista Labirinto**, v. 24, n. 1, p. 280-300, jan./jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/adria/AppData/Local/Temp/1746-6866-1-PB.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Disponível em: http://www.funai.gov.br/terra_indigena_2/mapa/index.php?cod_ti=15301. Acesso em: 20 ago. 2022.

LIMA, L. G. B. **Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais**. 2016. 320 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2016.

MENEZES BASTOS, R. Música nas sociedades indígenas das terras baixas da América do Sul: estado da arte. **Mana: estudos de antropologia social**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 293-316, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/mana/v13n2/01.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2021.

MELLO, Maria Ignez Cruz. **Iamurikuma: Música, mito e ritual entre os Wauja do alto Xingu**. 2005. 245f. Tese de Doutorado. Florianópolis: PPGAS/UFSC. 2005.

MERRIAM, A. P. **The Anthropology of Music**. Montana: Universidade Estadual de Montana Northwestern University Press, 1964.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais hoje. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 91, p. 12-32, 2017.

REIS, G. R.; MEDEIROS, A. L.; SILVA, R. P.; OLIVEIRA, N. M. Perfil epidemiológico dos povos indígenas do Tocantins: contribuições iniciais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, 2022.

SEEGER, A. Etnografia da música. Trad. De Giovani Cirino. **Cadernos de Campo**, São Paulo, v. 17, n. 17, p. 237-260, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/47695> . Acesso em: 12 out. 2020.

SOUZA, R. C. **A educação escolar indígena intercultural e o ensino das artes: um olhar sobre a prática da escola WAKÕMÊKWA na comunidade Riozinho Kakumhu – Povo Xerente – Tocantins**. 2019. 340f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Dinter Interinstitucional UNESP – Universidade Federal do Tocantins/Palmas. 2019.